

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

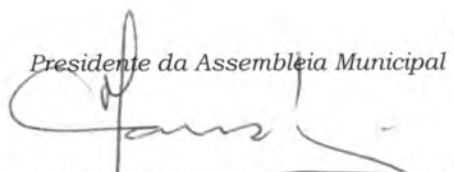
3. - Serviço Nacional de Saúde – Portaria nº 82/2014, de 10 de abril de 2014

Considerando o disposto na alínea j) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal delibera:

- a) – **MOÇAS DA EDU**
APROVADA POR MAIORIA, com 5 votos contra (PSD) e 1 abstenção (EDS/PP);
- b) – **MOÇAS DO PS**
APROVADA POR MAIORIA, com 5 abstenções (PSD);
- c) – **MOÇAS DO BE**
APROVADA POR MAIORIA, com 5 votos contra (PSD).

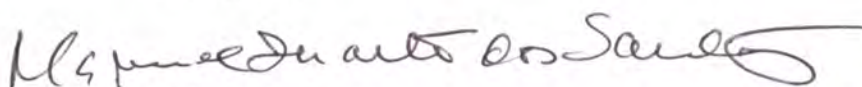
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Moção

a)

A saúde é o bem mais importante do ser humano.

Depois de sucessivas “reestruturações” já ninguém no Concelho de Abrantes consegue esconder um profundo mau estar.

Os cuidados de saúde estão mais longe, mais caros e de pior qualidade como se pode constatar nas urgências hospitalares e nas dezenas de milhares de utentes sem médico de família.

É neste contexto que é publicada a Portaria nº82/2014 de 10 de Abril de 2014 para começar a ser implementada a partir de Setembro de 2014 e estar totalmente aplicada em Dezembro de 2015.

Foi anunciada como para “garantir a proximidade, complementaridade e hierarquização da rede hospitalar”.

Na verdade o que a Portaria vai determinar é a extinção de 10 valências do Centro Hospitalar Médio Tejo, nomeadamente a maternidade de Abrantes, bem como a maternidade de Santarém, tendo como consequência o agravamento da já deficiente proximidade dos cuidados, como dos encargos a suportar pelos doentes e familiares. Tem como perspectiva o fecho ou desmantelamento de unidades e serviços com previsíveis despedimentos ou mobilidade forçada dos profissionais.

Pl. 2/6

Por entender que a Portaria 82/2014 é altamente prejudicial para a população do concelho de Abrantes, bem como para todo o País, a Assembleia Municipal de Abrantes reunida a 20 de Junho de 2014 e usando a competência que lhe é conferida pela alínea f) do nº2 do art.º 25 do anexo I à lei nº75/2013, delibera rejeitar a Portaria nº 82/2014 de 10 de Abril de 2014.

Delibera ainda recomendar à Câmara Municipal que providencie a interposição de uma providência cautelar contra a sua aplicação.

Abrantes, 20 de Junho de 2014

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes

Ava Paula Garau
Luís
Fedeiro

Moção: Pela defesa do Serviço Nacional de Saúde

A publicação da portaria nº 82/2014 de 10 de abril, determina uma nova rede hospitalar e estabelece os critérios que permitem categorizar as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Divide as 48 unidades hospitalares do SNS em quatro grupos, determinando as valências que devem possuir. Esta nova classificação hospitalar assenta em critérios de base populacional e complementaridade da rede hospitalar.

Salienta-se que esta definição era esperada, o ultimo sistema de classificação hospitalar data de 1986, a recriação desta rede era uma das medidas mais complexas previstas no memorando da troika para o sector da saúde, porque esta reforma, se bem desenhada poderia permitir o abaixamento da despesa de modo sustentável.

Ao analisar a portaria de modo a perceber as implicações para a população do concelho de Abrantes verifica-se o seguinte:

- O CHMT foi posicionado no grupo I, o mais baixo. Significa que com isto poderá ter as valências médicas e cirúrgicas de: medicina interna, neurologia, pediatria médica, psiquiatria, cirurgia geral, ginecologia, ortopedia, anestesiologia, radiologia, patologia clínica, imunoterapia e medicina física e de reabilitação.
- Relativamente às valências que o CHMT hoje detém como: oftalmologia, otorrino, pneumologia, cardiologia, gastroenterologia, nefrologia (hemodiálise), corre o risco de as perder, porque a sua permanência tem que ser negociada.
- As valências de urologia, cirurgia plástica deixaram de existir no CHMT porque o grupo I dos hospitais não as pode exercer, estas não são negociáveis nesta portaria.
- Relativamente à maternidade e nefrologia, que também não fazem parte das valências do grupo I e atualmente existem no CHMT, também poderão deixar de fazer parte da oferta de cuidados de saúde do CHMT.

Salienta-se também, que esta portaria não promove a reforma orgânica do SNS, que deve ter em conta a articulação dos cuidados hospitalares, cuidados continuados e cuidados primários, pois o SNS deve ser encarado como um todo, como uma verdadeira rede de cuidados. Por outro lado é apresentada uma profunda reforma hospitalar não fundamentada numa avaliação conhecida do SNS, nem em estudos prévios.

Não se entende também porque não foi consultado o poder local na elaboração desta reforma, efetivamente as autárquicas representam a política de proximidade, pois compreendem melhor a realidade local e as necessidades dos cidadãos.

As autarquias têm responsabilidades no âmbito do SNS, estas plasmadas na Lei de Bases da Saúde, na Base IX que “sem prejuízo de eventual transferência de competências, as autarquias locais participam na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos, intervêm na definição das linhas de atuação em que estejam diretamente interessadas e contribuem para a sua efetivação dentro das suas atribuições e responsabilidades.”

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em sessão ordinária a 20 de junho de 2014, delibera:

- 1 – Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando a acessibilidade aos cuidados de saúde.
- 2 – Melhorar a articulação dos diferentes níveis de cuidados de saúde.
- 3 – Exigir a revogação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril.

4 – Reforçar a necessidade de uma verdadeira reforma hospitalar de um modo racional, participado e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referênciação, e não apenas o encerramento de camas e serviços.

6 – Exigir que na reforma hospitalar sejam ouvidas as Autarquias.

7 – Manifestar a sua total confiança e agradecimento a todos os profissionais de saúde, que com o seu esforço, têm conseguido manter níveis de atendimento com qualidade e segurança no SNS.

8 - Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local no serviço público prestado às populações e no desenvolvimento de Portugal.

A Assembleia decide enviar esta moção a:

Sua Excelência o Presidente da República

Sua Excelência o Primeiro-ministro.

Sua Excelência o Ministro da Saúde.

Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

Todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Administração Regional de Saúde do Médio Tejo, I.P.

20 de junho de 2014

Assembleia Municipal de Abrantes

Partido Socialista

Terezinha Barreira
H. Florinda F. S. Solgueiro
Ypsi Chantal Rodrigues Felice
João Sereia Veigalho
Manuel José Sampaio Alves
António António Costa
[Assinatura]

Paula do Piedade do Forno Pardo
Francisco José Nêle Fernandes
António Lucas Gomes Moura
António Manuel Rodolfo Paul
João Paulo da Costa Silva
Ricardo Filipe dos Santos Apurício
[Assinatura]
João Alves
Dinêz Cristina Brumato Costa Alegre²
Pl. 5/6



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

c)



Assembleia Municipal de Abrantes
20 de Junho de 2014

Período da Ordem do Dia

Moção-SNS Portaria nº 82-2014 de 10 de Abril

Considerando que:

- a Portaria nº 82/2014 prevê uma efectiva redução de valências médicas e cirúrgicas nos três hospitais integrados no Centro Hospitalar do Médio Tejo --- Torres Novas, Abrantes e Tomar--- e ainda no Hospital de Santarém.
- o Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santarém, José Josué, assumiu publicamente que estará a ser preparada a constituição de um "Grupo Hospitalar do Ribatejo", integrando os hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo e o Hospital de Santarém, numa reorganização de contornos indefinidos e cujo projecto o governo se recusa divulgar.
- as declarações governamentais no sentido de que os hospitais não perderão valências e de que nada se fará " sem que os autarcas sejam informados ou envolvidos no processo" colidem com a realidade e não permitem atitudes complacentes, pois a prática governamental tem sido a da contínua redução de serviços públicos.
- na mira do governo estão, mais uma vez, as pessoas comuns, que só vêm contando no momento de cortar salários, reduzir reformas e sobrecarregar com impostos --- mas abandonados na hora da doença, quando estão mais vulneráveis e mais precisam de apoio.

A Assembleia Municipal do Abrantes decide:

- Exigir a revogação da Portaria 82/2014;
- manifestar-se, desde já e frontalmente contra qualquer reorganização hospitalar no distrito que implique retirada de valências nos hospitais que actualmente as disponibilizam;
- apoiar iniciativas neste mesmo sentido providas de outras autarquias da nossa região e declarar-se aberta à cooperação e à articulação de esforços;
- recomendar à CIMT a convocação de um PLENÁRIO DE AUTARCAS, para debater o estado dos cuidados de saúde na região e tomar uma posição sobre estes ataques contra o Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- alertar a população para as implicações negativas das alterações em curso na prestação dos cuidados de saúde, apelando à mobilização contra estas alterações.

Abrantes, 20 de Junho de 2014

Américo Silva
O deputado municipal do Bloco de Esquerda

R. 6/6



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. - Alteração do Plano de Urbanização do Pego

Considerando o disposto na alínea r) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do n° 1 do artigo 79° do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** a **Alteração do Plano de Urbanização do Pego**, conforme documento anexo.

Votação:

APROVADO POR MAIORIA, com 1 abstenção (BR).

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

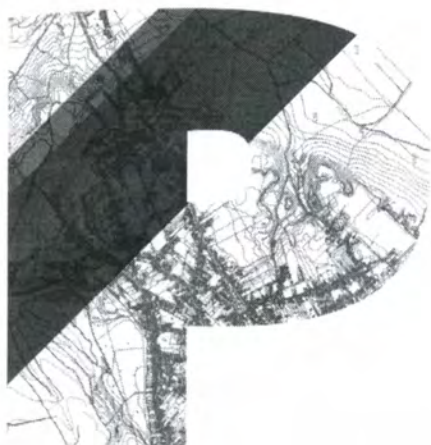
Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/18



ALTERAÇÃO DO PLANO

Urbanização do Pego

**RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO
DO PERÍODO DE DISCUSSÃO
PÚBLICA**

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES
DIVISÃO DE ORDENAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA
SERVIÇO DE ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO
ABRIL 2014



Índice

1 INTRODUÇÃO.....	2
2 ANTECEDENTES	3
3 DIVULGAÇÃO	5
4 PARTICIPAÇÕES	11
5 ANÁLISE	12
6 CONCLUSÃO	14
ANEXOS	14
I – Ficha de participação	14
II – AVISO – DISCUSSÃO PÚBLICA	14

1 INTRODUÇÃO

No âmbito do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial – RJIGT – e de acordo com o artigo 77º, na redação do D.L. n.º 46/2009 de 20/02, após o período de discussão pública a Câmara Municipal pondera as participações ocorridas através de relatório de ponderação e em função da sua análise, elabora a versão final do Plano, propondo a sua aprovação à Assembleia Municipal.

Sublinhe-se que a câmara municipal é obrigada a responder no caso das participações que aludam a,

- a) A desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;*
- b) A incompatibilidade com planos, programas e projetos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;*
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;*
- d) A eventual lesão de direitos subjetivos.*

O presente relatório refere-se ao período de discussão pública ocorrido entre 24/02/2014 e 04/04/2014, na sequência da publicação do Aviso n.º 2331/2014 em Diário da República, 2.ª série — N.º 32 — 14 de fevereiro de 2014

Neste âmbito, o relatório procede à apresentação das participações efetuadas, à aferição técnica e sobre a pertinência das mesmas, sugerindo eventuais alterações à proposta do plano. Procede-se ainda, à deteção de gralhas nos elementos do plano, diligenciando uma conformidade global, da proposta de revisão.

Abordam-se criticamente as participações ocorridas, aferindo das vantagens / desvantagens das mesmas para a estratégia preconizada pela proposta de alteração. Constituindo-se como uma oportunidade de aferir a coerência global entre a proposta e os objetivos preconizados.

Verificando-se no período estabelecido para a discussão pública, a existência de uma única participação.

2 ANTECEDENTES

O Plano Urbanização do Pego - PUP - foi publicado através do Aviso n.º 3730/2008 em Diário da República, 2.ª série — N.º 32 — 14 de Fevereiro de 2008. Decorridos três anos após publicação do Plano de Urbanização do Pego – 2011 -, entendeu-se apreender a aplicabilidade das normas existentes, a sua eficácia e repercussão no território.

Nesse âmbito, foram detetadas várias normas, onde a redação das mesmas oferecem interpretações dúbias, e/ou desajustadas à realidade e escala, para além da correspondente desatualização face a legislação em vigor, e à alteração de premissas de ordenamento (PROT-OVT), reconhecendo-se a necessidade de clarificar, retificar e atualizar, os conteúdos do plano.

A situação do plano em vigor retrata também a ausência de alguns elementos edificados, originando incoerências com o zonamento em vigor. Aos factos, acresceu a oportunidade de fomentar condições de regeneração urbana, face a eventuais efeitos multiplicadores de investimentos possíveis, no âmbito da proximidade de atividades económicas.

Dando seguimento ao procedimento de alteração do Plano de Urbanização do Pego (artigos 74º e 96º do D.L. nº 380/99 de 22 de Setembro, na sua redação atual), a Câmara Municipal de Abrantes deliberou, em reunião de 9 de Junho de 2011, aprovar o procedimento de alteração, tendo como objetivos principais:

- Correções e retificações, a situações identificadas;
- Clarificar interpretações, suscitando uma melhor aplicação da regulamentação;
- Atualizar conceitos, articulando e compatibilizando com legislação atual.

SINTESE DE ANTECEDENTES

1 – Deliberações de Câmara

- 9 de Junho de 2011, deliberou aprovar a proposta para iniciar o procedimento de alteração ao Plano Urbanização do Pego - PUP (Aviso n.º 14123/2011 de Diário da República, 2.ª série — N.º 133 — 13 de Julho de 2011).

2 – Período de Participação Pública

- Decorreu entre 13 Julho e 19 de Agosto de 2011 (Publicitado em DR, Comunicação Social, site da Câmara Municipal e nas respetivas Juntas de Freguesia – Certidão de Afixação).

3 – Reuniões - 2012

- Apresentação e discussão das propostas de alteração ao Plano, na Junta de Freguesia do Pego.

4 – Conferência de Serviços

- Realizada a 22/04/2013, nas instalações da CCDR-LVT – Lisboa.

- Parecer desfavorável – fundamentado na ausência de enquadramento nas orientações e diretrizes do PROT-OVT, nas falhas de conteúdo documental e material nos termos do RJIGT, na falta de elementos que permitam aferir o cumprimento do RGR e no insuficiente enquadramento legal e justificação técnica sobre as opções de classificação do uso do solo e do estabelecimento das respetivas regras urbanísticas/de ocupação.

- Após a realização da conferência de serviços e emissão de respetivo parecer, a legislação prevê um período de concertação entre autarquia/entidades, para se ultrapassar as questões legais suscitadas.

5 – Reuniões de concertação

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – 05/06/2013;

- Direção Geral do Território – 16/05/2013;

- Estradas de Portugal – 27/05/2013;

- Turismo de Portugal – 30/05/2013;

- Autoridade Nacional de Proteção Civil – 18/06/2013.

A versão do plano apresentado a discussão pública resulta da ponderação dos pareceres emitidos pelas diversas entidades e do resultado das reuniões de concertação realizadas, estabelecendo a proposta pós-concertação o total cumprimento das observações legalmente estabelecidas.



3 DIVULGAÇÃO

O presente período de discussão pública, foi desencadeado na sequência da publicação do Aviso n.º 2331/2014 em Diário da República, 2.ª série — N.º 32 — 14 de Fevereiro de 2014, divulgado através de Editais nas juntas de Freguesia; - Comunicação social (Diário de Notícias – 26/02/2014; Nova Aliança – 21/02/2014); Aviso em DR e publicação no site do Município (

FREGUESIA DE

Aldeia do Mato e Santa

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Nome: Alvaro Manuel Paulino

Cargo: Presidente

Certifico que, nesta data, afixei nos locais do costume, vários exemplares do Aviso deste município, datado de 21 de janeiro de 2014, divulgando o período de discussão pública, relativo à **Alteração do Plano de Urbanização do Pego**, publicado no Diário da República, 2ª série nº 32 de 14 de fevereiro de 2014.

Por ser verdade e para os devidos efeitos, passo a presente certidão que assino.

A. Mato, 27 de Febr de 2014





António Filipe e Santana-Maia Leonardo contra o novo mapa judiciário

No passado dia 7 de Março, o deputado do PCP eleito por Santarém, António Filipe, deslocou-se a Abrantes para se inteirar da posição do Agrupamento de Abrantes da Ordem dos Advogados sobre o novo mapa judiciário. O deputado disse que o grupo parlamentar comunista vai suscitar a apreciação parlamentar no Parlamento do Decreto Lei do mapa judiciário logo que este seja publicado.



A saída de uma reunião com a Ordem dos Advogados de Abrantes, António Filipe disse que o encerramento ou de gradação de tribunais vai ter "consequências dramáticas a muitos níveis" no interior do país, tendo assegurado que o grupo parlamentar do PCP vai apresentar um requerimento pelos 10 deputados necessários para apreciação parlamentar, logo após a publicação do Decreto Lei. "A avaliação feita ao mapa judiciário demonstra estarmos perante um passo muito grave na desertificação geral do país, mas também com prejuízos graves para as profissões jurídicas, nomeadamente para os advogados, para as populações, no acesso à Justiça e para as economias locais, que se movimentam à volta da existência de tribunais", notou.

Santana-Maia Leonardo, como presidente do Agrupamento, comunicou ao deputado "que somos frontalmente contra esta reforma do mapa judiciário,

por, quer por razões formais, quer por razões substanciais, quer por razões materiais. Por razões formais, porque consideramos que a reforma do mapa judiciário não devia anteceder a reforma administrativa do Estado, tendo em conta que a reforma do mapa judiciário, ao tomar por referência os actuais distritos, condiciona e limita a urgente reforma administrativa que tem necessariamente de redesenhar o mapa das circunscrições administrativas, eliminando os actuais distritos. Por razões substanciais, porque esta reforma vai acelerar o processo de desertificação do interior do país ao concentrar nas capitais de distrito todas as especialidades, tornando ainda mais penosa a vida daqueles que procuram resistir ao apelo de Lisboa. Basta ter em conta que entre Santarém e Portalegre, ou seja, entre a A1 e a fronteira espanhola o único Tribunal de Circulo que existia era o de Abrantes e vai desaparecer como comarca no

novo mapa judiciário, enquanto em idêntica distância ao longo da A1 se multiplicam os tribunais de comarca e/ou de competência reforçada. Por razões materiais, porque esta reforma vai implicar gastos avultados na construção de tribunais nas capitais de distrito para receberem todas as especialidades, quando há no distrito equipamentos suficientes e disponíveis para receber as diferentes especialidades e que vão ficar devolutos e ao abandono. Ou seja, não é apenas o que se gasta por via da construção e equipamento dos novos edifícios como também o que se gasta e vai gastar pelo simples facto de não se aproveitar os equipamentos

existentes". António Filipe sublinhou que "o PCP defende que cada uma das comarcas actualmente existentes deve manter pelo menos um tribunal de competência genérica, em que processos civis e criminais devem poder ser julgados", tendo observado que "o processo do mapa judiciário não se encerrará com a publicação do Decreto Lei". O deputado comunista disse ainda que, do ponto de vista parlamentar, "esse será o início do processo", tendo defendido "um debate alargado a promover pela Assembleia da República, envolvendo advogados, autarquias e populações afectadas por este projecto".

Comissão de Utentes da Saúde do Médio Tejo reclama por melhores cuidados e melhores respostas

A Comissão de Utentes da Saúde do Médio Tejo (CUSMT) exigiu na terça-feira, dia 11 de Março, cuidados de saúde mais próximos e de mais qualidade, tendo anunciado a realização de uma vigília no dia 11 de Abril e a recolha de um abaixo-assinado.



Em conferência de imprensa, realizada em simultâneo em frente aos três hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT): Abrantes, Tomar e Torres Novas, Manuel Soares, porta-voz da CUSMT, disse que "a vida provou que as sucessivas "reorganizações" do Centro Hospitalar Médio Tejo e ACES Médio Tejo, nos últimos dois anos trouxeram mais sofrimento e ansiedade a cada vez mais pessoas na Região. Por isso o acesso aos cuidados de saúde, a concentração de serviços não correspondeu a mais qualidade, as distâncias que os doentes e familiares têm de percorrer implicam mais sofrimento físico e mais despesas".

A iniciativa da passada semana teve como objectivo, segundo Manuel Soares, "denunciar o que está mal e propor soluções concretas que respeitem as necessidades das populações em cuidados de saúde", reclamando por melhores medidas e melhores respostas aos utentes. Para a Comissão de Utentes da Saúde do Médio Tejo "em termos gerais, precisamos de Urgência, Medicina

Interna, Pediatria e Ambulatório nos três hospitais; mais médicos nos centros de saúde; manter a Maternidade no Médio Tejo; farmácias nos meios rurais; articulação entre os diversos níveis de prestação de cuidados e cuidados de saúde de proximidade e qualidade".

Manuel Soares contou ainda acerca do início da recolha de assinaturas para um abaixo-assinado na Região, como forma de as populações "podermos expressar de forma clara e objectiva o seu apoio" às propostas apresentadas e "para lhes dar legitimidade e sentido de reivindicação humana, social e política". Até dia 22 de Abril, por muitas localidades e em centenas de locais irão ser recolhidas dezenas de milhares de assinaturas, antecipou aquele dirigente. O porta-voz da CUSMT anunciou ainda a realização de uma "vigília/concentração" de Comissões de Utentes da Saúde, a decorrer no dia 11 de Abril, uma sexta-feira, entre as 19 e 30 horas e as 22 e 30 horas, para fazer o "balanço da iniciativa de recolha de assinaturas e dar conta dos problemas e avanços na prestação de cuidados de saúde" no Médio Tejo.

Dia da Protecção Civil em Vila de Rei

O Gabinete de Protecção Civil da Autarquia de Vila de Rei e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila de Rei vão juntar-se à comemoração do Dia Internacional da Protecção Civil.

De 24 a 28 de Março, terá assim lugar a "Semana Aberta", onde todos os interessados poderão visitar o interior do

Quartel dos Bombeiros de Vila de Rei. A iniciativa pretende aproximar a população Vilarregense do trabalho feito pelos Bombeiros de Vila de Rei, dando a conhecer as suas instalações, ao mesmo tempo que permite uma maior sensibilização e consciencialização sobre temáticas e comportamentos relacionados com a protecção civil.

Publicidade

Edição nº 1361 de 21 de Março de 2014

ABRANTES

AVISO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Alterações do Plano de Ponderação do Período de Discussão Pública

Abertura ao período de discussão pública

Plano de ponderação do período de discussão pública, aprovado pelo Conselho de Administração da Câmara Municipal de Vila de Rei, em 11 de Março de 2014, e publicado no Diário da República, em 11 de Março de 2014, e alterado pelo Conselho de Administração da Câmara Municipal de Vila de Rei, em 11 de Março de 2014, e publicado no Diário da República, em 11 de Março de 2014.

Abertura ao período de discussão pública

Plano de ponderação do período de discussão pública, aprovado pelo Conselho de Administração da Câmara Municipal de Vila de Rei, em 11 de Março de 2014, e publicado no Diário da República, em 11 de Março de 2014, e alterado pelo Conselho de Administração da Câmara Municipal de Vila de Rei, em 11 de Março de 2014, e publicado no Diário da República, em 11 de Março de 2014.

PL. 9/18



4668

Diário da República, 2.ª série — N.º 32 — 14 de fevereiro de 2014



PARTE H

MUNICÍPIO DE ABRANTES

Aviso n.º 2331/2014

Alteração do Plano de Urbanização do Pego

Abertura do período de discussão pública

Faz-se público, para efeitos do n.º 3 e 4 do artigo 77.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na atual redação (RJIGT), que a Câmara Municipal de Abrantes deliberou em 07 de janeiro de 2014, após conclusão do período de acompanhamento e concertação, proceder à abertura de um período de 30 dias úteis para discussão pública da proposta do projeto de Alteração ao Plano de Urbanização do Pego, a partir do 5.º dia subsequente ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Durante o referido período, o projeto de alteração ao plano de urbanização do Pego e os inerentes elementos (pareceres de entidades e relatório de concertação), estarão disponíveis para consulta dos interessados nos seguintes locais:

— Câmara Municipal de Abrantes (Praça Raimundo Soares 2200-366 Abrantes);

— Site da Câmara Municipal ([Os interessados podem apresentar reclamações, sugestões, observações ou pedidos de esclarecimento, por carta e dirigido à Presidente da Câmara Municipal ou através de correio eletrónico \(email: \[sot.dogu\]\(mailto:sot.dogu\), \[dou@cm-abran\]\(mailto:dou@cm-abran\)tes.pt\) referindo expressamente discussão pública da Alteração do Plano de Urbanização do Pego, com a identificação e morada de contato do signatário, para efeitos de resposta, caso a manifestação se enquadre no n.º 5 do artigo 77.º do diploma legal acima mencionado.](http://www.cm-abrantes.pt).</p>
</div>
<div data-bbox=)

Para os devidos efeitos, é publicado o presente Aviso no *Diário da República* 2.ª série, em edital afixado nos lugares habituais, na comunicação social e na página da Internet da Câmara Municipal.

21 de janeiro de 2014. — A Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, *Maria do Céu Albuquerque*.

207592199

MUNICÍPIO DE ALCANENA

Edital n.º 134/2014

Fernanda Maria Pereira Asseiceira, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena, submete a apreciação pública e a participação dos interessados, por um período de 30 dias úteis, a contar da publicação no *Diário da República*, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do artigo 118.º, do Código do Procedimento Administrativo, e em conformidade com o deliberado pela Câmara, na sua reunião realizada em 03/02/2014, a Proposta de Alteração do Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro — Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos, que a seguir se transcreve.

Qualquer sugestão ou reclamação poderá ser apresentada por escrito e entregue em mão no GAP — Gabinete de Apoio à Presidência, sito na Praça 8 de Maio, em Alcanena, ou enviado, por correio, para o endereço: Câmara Municipal de Alcanena, Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena. Poderá, também, ser enviado via e-mail para: geral@cm-alcanena.pt.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

5 de fevereiro de 2014. — A Presidente da Câmara, *Fernanda Maria Pereira Asseiceira*.

Proposta de Alteração do Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro — Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos.

Nota justificativa

O Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, transferiu para as câmaras municipais competências dos governos cívicos em matérias consultivas, informativas e de licenciamento.

No que às competências para o licenciamento de atividades diversas diz respeito — guarda-noturno, venda ambulante de lotarias, arrumador de automóveis, realização de acampamentos ocasionais, exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão, realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda, realização de fogueiras e queimadas e a realização de leilões — o Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, veio estabelecer o seu regime jurídico.

O artigo 53.º deste último diploma preceitua que o exercício das atividades nele previstas será objeto de regulamentação municipal, nos termos da lei.

Em cumprimento de tal desiderato legal foi aprovado pela Assembleia Municipal de Alcanena, na sua sessão ordinária realizada em 26 de setembro de 2003, precedendo proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião ordinária de 8 do mesmo mês, precedendo inquérito público, o Regulamento Tipo do Licenciamento das Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro — Transferência para as Câmaras Municipais de competências dos Governos Cívicos.

O citado Regulamento foi publicado no apêndice n.º 157 ao *Diário da República* 2.ª série, n.º 247, de 24 de outubro de 2003.

Face à publicação do Decreto Regulamentar número 2-A/2005, de 24 de março, que veio definir normas relativamente à utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, foi necessário ajustar no mencionado regulamento as suas disposições relacionadas com o âmbito do citado Decreto Regulamentar.

Assim a Assembleia Municipal de Alcanena, na sua sessão extraordinária realizada em 25 de novembro de 2005, precedendo proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião ordinária de 14 do mesmo mês, precedendo inquérito público, aprovou as alterações ao citado Regulamento, em consonância com o disposto no mencionado decreto regulamentar.

As citadas alterações foram publicadas no apêndice n.º 4 ao *Diário da República* 2.ª série, n.º 14, de 19 de janeiro de 2006.

Em 1 de abril de 2011, foi publicado o Decreto-Lei n.º 48/2011, o qual veio introduzir alterações ao Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, eliminando o licenciamento da atividade das agências ou postos de vendas de bilhetes para espetáculos ou diversões públicas e o licenciamento do exercício da atividade de realização de leilões, sem prejuízo da legislação especial que regula determinados leilões, e simplificando o regime de licenciamento de algumas atividades diversas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero».

O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que regula o regime denominado «Licenciamento Zero», procede a uma profunda alteração ao modelo de controlo prévio em diversas áreas de intervenção por parte das Autarquias Locais.

O citado Decreto-Lei n.º 48/2011 procura reduzir os encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas, por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para algumas atividades. Reduz, pois, a incidência da atividade administrativa municipal na fase do controlo prévio e acentua a tónica na fiscalização a posteriori, e, bem assim, na criação de mecanismos de responsabilização efetiva dos promotores.

O regime criado pelo mencionado decreto-lei procede, ainda, à criação e disponibilização de um balcão único eletrónico, onde é possível ao munícipe cumprir os atos e formalidades necessários para aceder e exercer uma atividade de serviços, com o objetivo de desmaterializar procedimentos e modernizar a relação da Administração Pública com os particulares.

Entretanto, em 29 de agosto de 2012, foi publicado o Decreto-Lei n.º 204/2012, o qual veio introduzir alterações ao regime de instalação e

Pl. 10/15



Os elementos disponibilizados nas instalações da autarquia (Praça Raimundo Soares, horário de expediente) e no respetivo *site* ([- Aviso de abertura do período de discussão pública, publicado em DR;
- Ficha de participação;
- Extracto da acta da reunião de Câmara;
- Concertação e Pareceres das entidades;
- Elementos relativos à proposta de plano.](http://www.cm-abrantes.pt/).</p>
</div>
<div data-bbox=)

ELEMENTOS DISPONIBILIZADOS DA PROPOSTA DE PLANO

Peças escritas

Avaliação ambiental; Extrato Regulamento PDM; Ficha de dados estatísticos; Regulamento; Relatório de concertação; Relatório e Termos de referência.

Peças desenhadas:

Elementos que acompanham

C1_PlantaEnquadramento;
C2_PlantaSituaExist10k,
C3_PlantaExtrOrd
C3.1_PlantaExtrOrd25k,
C4_PlantaExtrCondicionantes,
C5_PlantaCompromissos10k
C6.1.1RedeViária_PrincLigações10k
C6.1.2RedeViária_Inventário10k
C6.1.3RedeViáriaProposta10k
C6.1.4RedeViáriaPerfis
C6.2RedeAbastecimento10k
C6.3RedeSaneamento10k
C7.1_Planta do ruido diurno10k
C7.2_Planta do ruido nocturno10k
C8_Planta do Patrimonio10k
C9.1_PlantaUsosEdificado10k
C9.2_PlantaEstadoConserv10k
C9.3_PlantaNPisos10K
C10.1Beco do Outeiro10k
C10.2Beco da Vinha10k
C10.3Rua da Roseira Pequena10k
C10.4Rua do Moinho de Vento10k
C10_Planta de Alinhamentos_10K
C11_EstruturaEcologica10k
C12_ZonaMista10k

Elementos constituintes

F01_PlantaZonamento10k
F02_PlantaCondicionantes10k



4 PARTICIPAÇÕES

Durante o período de discussão pública, verificou-se apenas uma única participação.

- Joaquim Lourenço da Silva, com morada na Rua do Pisco n.º 8 Abrantes.

Pretende a desafetação do seu artigo (271 L na Rua do Monte Galego na Freguesia do Pego) do Espaço de uso especial – Equipamentos propostos.

PG 4071/2014 - 163541

Exmo. Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Abrantes

EXC.MO S.º ABRANTES 160712

Joaquim Lourenço da Silva, viúvo, residente na Rua do Pisco, n.º 8, da cidade de Abrantes, no quadro da discussão pública do Plano de Urbanização do Pego, vem expor e requerer a Vexa o seguinte:

1- O Requerente é dono e legítimo proprietário, conjuntamente com seus filhos por herança indivisa, de um prédio rústico sito na freguesia do Pego, e inscrito na matriz sob o artigo n.º 271 L;

2- Esse artigo rústico é contíguo ao prédio urbano, também dos mesmos proprietários, sito na Rua do Monte Galego, n.º 125, daquela freguesia;

Acontece que,

3- No Plano de Urbanização do Pego ainda em vigor, aquele prédio rústico foi afectado a uso público, designadamente espaços verdes e equipamentos públicos não obstante reclamação apresentada em tempo pelo Requerente e indeferida há mais de uma dezena de anos, como consta do processo;

4- Ao longo de todos estes anos, desconhece o Requerente qualquer iniciativa ou projecto de natureza pública para tal parcela de terreno que, assim se mantém apesar da sua classificação;

5- Também não conhece o Requerente qualquer projecto ou iniciativa para futuro, de uso público daquela parcela de terreno;

6- Aliás, nos anos de dificuldades financeiras que hoje se vivem e careciam a capacidade de investimento público nos próximos anos, será expectável que nada vá ser edificado naquele local, com o não foi até agora.

ORA,

7- Na proposta de Plano de Urbanização do Pego em apreciação surge de novo, tal parcela de terreno afecta a fim público, agora a equipamentos públicos a edificar.

SENHORA PRESIDENTE

O Requerente, que foi desde sempre Muni

Esta é vista que tal afectação ao domínio público foi inconsequente e assim permanecerá se não for revista. Nem o interesse público beneficia nem se evita a lesão e o prejuízo, desnecessário, do direito de propriedade do Requerente.

Assim, solicita-se a Vexa seja revisto o Plano de Urbanização do Pego, de sorte a que fique livre de encargos a parcela de terreno, identificada no n.º 1 do presente Requerimento

O REQUERENTE

Joaquim Lourenço da Silva

5 ANÁLISE

A sugestão incide em área prevista para equipamentos, situando-se a mesma, em área adjacente ao atual estabelecimento escolar, assegurando eventuais necessidades programáticas de expansão ou qualificação, com aproximadamente 10.979 m^2 – área de uso especial / equipamentos propostos -, perfazendo em conjunto com a área de uso especial / equipamentos existentes, um total de 13.441 m^2 (Figura 1).

Aferindo as áreas de equipamentos previstas, com os critérios de planeamento utilizados no âmbito da revisão do plano de urbanização de Abrantes e revisão do plano diretor municipal, caso existisse um aumento de 50% face ao atual número de alunos, a área de expansão prevista seria ocupada em apenas 40 % da mesma.

Note-se que, a área proposta assumia a possibilidade da existência de outras valências no futuro para o espaço. A proposta assumiu o constante no plano em vigor, admitindo-se excessiva para o previsto.

Objetivando o proposto pelo munícipe, e aferindo uma hipotética exclusão de área de equipamentos, equivalente a 3.049 m^2 (Figura 2), verifica-se a existência de 10.392 m^2 no total (área de uso especial / equipamentos propostos e existentes), correspondendo 7.930 m^2 de área de área de uso especial / equipamentos propostos.

Considera-se que a área remanescente de 7.930 m^2 assegura qualquer eventualidade de expansão da área escolar, bem como a existência de outro tipo de equipamento, possibilitando acesso pela rua da Roseira., sendo plausível a concretização do sugerido



Figura 1 - Extrato da planta de zonamento proposta, submetida a discussão pública



Figura 2 - Extrato da planta de zonamento proposta, proposta de projeto final

6 CONCLUSÃO

Após o decurso do período de discussão pública, analisadas e ponderadas as sugestões/observações existentes, e elaborado o relatório de ponderação dos resultados relativo ao período de Discussão Pública”, propõe-se que a Câmara Municipal aprecie e aprove, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 77.º do RJIGT, devendo posteriormente ser o mesmo divulgado designadamente através da comunicação social e da respetiva página da Internet.

ANEXOS

I – FICHA DE PARTICIPAÇÃO

II – AVISO – DISCUSSÃO PÚBLICA



ALTERAÇÃO AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO PEGO

IDENTIFICAÇÃO

NOME _____

MORADA _____

FREGUESIA _____

EMAIL _____

TELEFONE/TELEMÓVEL _____

IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL

FREGUESIA _____ SECCÃO _____ ARTIGO _____

HISTÓRICO

ALGUMA VEZ APRESENTOU PROJECTO NA CÂMARA PARA O LOCAL? S ☐ N ☐ SE SIM, INDIQUE O Nº DO PROCESSO _____

ELEMENTOS EM ANEXO

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO ☐ OUTROS ☐ QUAIS? _____

SUGESTÃO

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

DATA _____

CONTACTOS

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES
DIVISÃO DE ORDENAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA / SOT
PRAÇA RAIMUNDO SOARES, 2200-366 ABRANTES
TELEFONE: 241 330 169 / FAX: 241 330 186
EMAIL: sot.dogu.dou@cm-abrantes.pt
www.cm-abrantes.pt

PREENCHA E ENTREGUE NA RESPECTIVA JUNTA / CÂMARA MUNICIPAL, OU ENVIE POR EMAIL

fl. 17/18

PARTE H

MUNICÍPIO DE ABRANTES

Aviso n.º 2331/2014

Alteração do Plano de Urbanização do Pego

Abertura do período de discussão pública

Faz-se público, para efeitos do n.º 3 e 4 do artigo 77.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na atual redação (RJIGT), que a Câmara Municipal de Abrantes deliberou em 07 de janeiro de 2014, após conclusão do período de acompanhamento e concertação, proceder à abertura de um período de 30 dias úteis para discussão pública da proposta do projeto de Alteração ao Plano de Urbanização do Pego, a partir do 5.º dia subsequente ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Durante o referido período, o projeto de alteração ao plano de urbanização do Pego e os incidentes elementos (pareceres de entidades e relatório de concertação), estarão disponíveis para consulta dos interessados nos seguintes locais:

- Câmara Municipal de Abrantes (Praça Raimundo Soares 2200-366 Abrantes);
- Site da Câmara Municipal (<http://www.cm-abrantes.pt>).

Os interessados podem apresentar reclamações, sugestões, observações ou pedidos de esclarecimento, por carta e dirigido à Presidente da Câmara Municipal ou através de correio eletrónico (email: sot.dogu.dou@cm-abrantes.pt) referindo expressamente discussão pública da Alteração do Plano de Urbanização do Pego, com a identificação e morada de contato do signatário, para efeitos de resposta, caso a manifestação se enquadre no n.º 5 do artigo 77.º do diploma legal acima mencionado.

Para os devidos efeitos, é publicado o presente Aviso no *Diário da República* 2.ª série, em edital afixado nos lugares habituais, na comunicação social e na página da Internet da Câmara Municipal.

21 de janeiro de 2014. — A Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, *Maria do Céu Albuquerque*.

207592199

MUNICÍPIO DE ALCANENA

Edital n.º 134/2014

Fernanda Maria Pereira Asseiceira, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena, submete a apreciação pública e a participação dos interessados, por um período de 30 dias úteis, a contar da publicação no *Diário da República*, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do artigo 118.º, do Código do Procedimento Administrativo, e em conformidade com a deliberado pela Câmara, na sua reunião realizada em 03/02/2014, a Proposta de Alteração do Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro — Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos, que a seguir se transcreve.

Qualquer sugestão ou reclamação poderá ser apresentada por escrito e entregue em mão no GAP — Gabinete de Apoio à Presidência, sito na Praça 8 de Maio, em Alcanena, ou enviado, por correio, para o endereço: Câmara Municipal de Alcanena, Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena. Poderá, também, ser enviado via e-mail para: geral@cm-alcanena.pt.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

5 de fevereiro de 2014. — A Presidente da Câmara, *Fernanda Maria Pereira Asseiceira*.

Proposta de Alteração do Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro — Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos.

Nota justificativa

O Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, transferiu para as câmaras municipais competências dos governos cívicos em matérias consultivas, informativas e de licenciamento.

No que às competências para o licenciamento de atividades diversas diz respeito — guarda-noturno, venda ambulante de lotarias, arrumador de automóveis, realização de acampamentos ocasionais, exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão, realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda, realização de fogueiras e queimadas e a realização de leilões — o Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, veio estabelecer o seu regime jurídico.

O artigo 53.º deste último diploma preceitua que o exercício das atividades nele previstas será objeto de regulamentação municipal, nos termos da lei.

Em cumprimento de tal desiderato legal foi aprovado pela Assembleia Municipal de Alcanena, na sua sessão ordinária realizada em 26 de setembro de 2003, precedendo proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião ordinária de 8 do mesmo mês, precedendo inquérito público, o Regulamento Tipo do Licenciamento das Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro — Transferência para as Câmaras Municipais de competências dos Governos Cívicos.

O citado Regulamento foi publicado no apêndice n.º 157 ao *Diário da República* 2.ª série, n.º 247, de 24 de outubro de 2003.

Faça à publicação do Decreto Regulamentar numero 2-A/2005, de 24 de março, que veio definir normas relativamente à utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, foi necessário ajustar no mencionado regulamento as suas disposições relacionadas com o âmbito do citado Decreto Regulamentar.

Assim a Assembleia Municipal de Alcanena, na sua sessão extraordinária realizada em 25 de novembro de 2005, precedendo proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião ordinária de 14 do mesmo mês, precedendo inquérito público, aprovou as alterações ao citado Regulamento, em consonância com o disposto no mencionado decreto regulamentar.

As citadas alterações foram publicadas no apêndice n.º 4 ao *Diário da República* 2.ª série, n.º 14, de 19 de janeiro de 2006.

Em 1 de abril de 2011, foi publicado o Decreto-Lei n.º 48/2011, o qual veio introduzir alterações ao Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, eliminando o licenciamento da atividade das agências ou postos de vendas de bilhetes para espetáculos ou diversões públicos e o licenciamento do exercício da atividade de realização de leilões, sem prejuízo da legislação especial que regula determinados leilões, e simplificando o regime de licenciamento de algumas atividades diversas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero».

O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que regula o regime denominado «Licenciamento Zero», procede a uma profunda alteração ao modelo de controlo prévio em diversas áreas de intervenção por parte das Autarquias Locais.

O citado Decreto-Lei n.º 48/2011 procura reduzir os encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas, por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para algumas atividades. Reduz, pois, a incidência da atividade administrativa municipal na fase do controlo prévio e acentua a tónica na fiscalização à posteriori, e, bem assim, na criação de mecanismos de responsabilização efetiva dos promotores.

O regime criado pelo mencionado decreto-lei procede, ainda, à criação e disponibilização de um balcão único eletrónico, onde é possível ao munícipe cumprir os atos e formalidades necessários para aceder e exercer uma atividade de serviços, com o objetivo de desmaterializar procedimentos e modernizar a relação da Administração Pública com os particulares.

Entretanto, em 29 de agosto de 2012, foi publicado o Decreto-Lei n.º 204/2012, o qual veio introduzir alterações ao regime de instalação e

PR 18/18

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5. - Regulamento do ParqueTejo

Considerando o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** o **Regulamento do ParqueTejo**, conforme documento anexo.

Votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE.

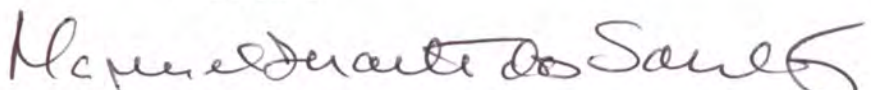
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Pl. 1/18

PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DO PARQUETEJO



Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património

PREÂMBULO

Cumprindo um dos objetivos de âmbito cultural, ambiental e de desenvolvimento local, foi incluído nos planos de atividades da Autarquia, o projeto Centro de Interpretação do Tejo, doravante designado por **PARQUETEJO**.

Trata-se de um projeto integrado de requalificação e valorização ambiental do Tejo, através de um conjunto de ações estruturantes e de iniciativas inovadoras, suscetíveis de reforçar o papel do rio como eixo estratégico de dinamização económica e elemento identitário da região.

Paralelamente, alberga ainda uma área de estada e lazer, pelo que se torna necessário a definição das regras da sua utilização.

Neste sentido, o presente documento tem por finalidade estabelecer princípios e regras de funcionamento gerais, tal como normas de conduta sob as quais os utilizadores e os trabalhadores do **PARQUETEJO** se devem reger.

Assim, no uso da competência prevista pelos artigos 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos das alíneas k) e e) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é aprovado o presente regulamento, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea g) do nº1 do art.º 25º do referido diploma.

Capítulo I

ENQUADRAMENTO GERAL

Artigo 1º

Identificação

O **PARQUETEJO** é um projeto da Câmara Municipal de Abrantes (CMA), destinado ao desenvolvimento de atividades ambientais, culturais e educacionais no contexto da valorização do Rio Tejo.

Permite, através da exploração interativa de equipamentos virtuais, aceder a informação temática relacional sobre diversos pontos de interesse do rio, desde a nascente até à foz, dispondo ainda de condições para a realização de atividades de ciência experimental.

Sendo um complexo multifuncional, proporciona condições de estada e acolhimento aos utilizadores, sob a forma de campismo e caravanismo.

Artigo 2º

Objetivos

1 - O **PARQUETEJO** tem por finalidade desenvolver e apoiar ações que visem a valorização do Rio Tejo, num contexto de interpretação e preservação do seu património natural, cultural e histórico.

Os vetores de orientação regem-se por conceitos ambientais, educacionais, turísticos, desportivos e sociais.

2 - Assume como objetivos específicos:

- a. Incentivar a aproximação das populações ao rio Tejo, nas suas multiplicidades interpretativas;
- b. Promover a cidadania ativa, numa perspetiva da preservação do ambiente e dos recursos naturais;
- c. Promover a sensibilização e a educação ambiental e fomentar a divulgação do conhecimento e da ciência, através duma componente experimental e lúdico-pedagógica;
- d. Potenciar os recursos existentes e a fruição dos equipamentos existentes no Projeto Aquapolis, fomentando o turismo ativo, desportivo e de natureza, potenciando o Caminho do Tejo e outros projetos similares;
- e. Desenvolver ações com a finalidade de dar a conhecer factos históricos, etnográficos e culturais associados ao rio Tejo;

- f. Promover parcerias com outras entidades, numa perspetiva integrada e regional, assim como sinergias com entidades supramunicipais ou nacionais, incluindo universidades e politécnicos.

Artigo 3º

Localização e Composição

- 1 - O PARQUETEJO está situado na freguesia de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, na Avenida da Marginal do Tejo.
- 2 - O PARQUETEJO é composto pelos seguintes espaços e equipamentos:
 - a. **Portaria;**
 - b. **Edifício principal** (receção, suporte bicicletas, instalações sanitárias masculinas e femininas, vestiários masculinos e femininos, balneários, área de lavagem, sala convívio e escritório, cafetaria, arrumos);
 - c. **Centro interpretativo e área de atividades** (pavilhão interpretativo e de mediação tecnológica e pavilhão multiusos/atividades);
 - d. **Área envolvente** (esplanada; jardim das aromáticas; zona de lazer; zona de acolhimento de autocaravanas e campismo; parque de estacionamento condicionado);
 - e. **Área técnica** (arrumos; cargas e descargas; caldeira; estação de serviço para autocaravanas: lavagem química; depósito de lixos);
 - f. **Miradouro** (exploração interativa de conteúdos multimédia sobre a paisagem envolvente).

Artigo 4º

Valências Funcionais

- O PARQUETEJO orienta o seu funcionamento tendo como base as seguintes valências:
- a. Núcleo de serviços educativos e experimentais;
 - b. Apoio à qualificação ambiental;
 - c. Desenvolvimento do conhecimento científico;
 - d. Interpretação de conteúdos;
 - e. Acolhimento de grupos e visitantes.

Capítulo II

DISPOSIÇÕES GERAIS DE FUNCIONAMENTO

Artigo 5º

Programação de atividades

1. Compete à Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património o planeamento e programação das atividades, em sede de serviços educativos municipais, entrecruzando a Educação, Desporto, Juventude, Ambiente e Serviços Municipalizados, Cultura e Turismo, mediante aprovação no plano de atividades anual por parte da CMA.
2. De 15 setembro a 15 de junho a programação deve incidir na vertente lúdico-pedagógica e desenvolver-se no âmbito dos serviços educativos municipais.
3. No período supramencionado e nas pausas letivas, poderão funcionar Campos de Férias direcionados a públicos específicos, assim como projetos de parceria com outras dinâmicas municipais.

Artigo 6º

Competências dos serviços

1. Compete à Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património assegurar o cumprimento das atribuições e competências afetas aos seus colaboradores.
2. No que diz respeito ao cumprimento das tarefas inerentes ao serviço da **recepção**:
 - a. Fazer o acolhimento do visitante;
 - b. Requisitar e gerir o stock de material necessário ao bom funcionamento do PARQUETEJO;
 - c. Recolher e tratar toda a informação necessária ao serviço;
 - d. Assegurar e gerir o *check-in* e o *check-out* dos utilizadores do PARQUETEJO;
 - e. Assegurar o registo estatístico diário dos turistas/visitantes;
 - f. Expedir as respostas aos pedidos de informação.
3. No que diz respeito ao serviço da **portaria**:
 - a. Assegurar o cumprimento das regras de entrada e saída de visitantes e campistas;
 - b. Assegurar a manutenção, vigilância e funcionamento do espaço durante o período em que a recepção está encerrada.
4. Considera-se competências do Centro Interpretativo:

- a. Exercer funções de investigação, estudo, planeamento e outros trabalhos conducentes à definição e concretização das atividades e políticas do município;
 - b. Prestar apoio a operadores turísticos e agentes locais;
 - c. Planear e organizar atividades e eventos;
 - d. Participar em atividades e eventos em função de parcerias com entidades privadas e/ou públicas;
 - e. Gerir o fundo de manuseio atribuído;
 - f. Proceder ao planeamento, preparação e realização de atividades e visitas;
5. Compete-lhe ainda exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe forem incumbidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

Artigo 7º

Utilizadores

1. Do programa de atividades do PARQUETEJO:
 - a. População em geral, incluindo grupos escolares ou outros, ainda que sujeita a marcação prévia;
 - b. Outros grupos específicos, sujeitos a marcação prévia.
2. Da cafetaria:
 - a. População em geral;
 - b. Campistas e caravanistas.
3. Da sala de convívio:
 - a. Grupos em regime de ação de formação/reuniões;
 - b. Campistas e caravanistas.
4. Da área envolvente:
 - a. População em geral;
 - b. Campistas e caravanistas.

Artigo 8º

Horário de funcionamento

1. Horário de funcionamento:
 - a. O PARQUETEJO terá dois períodos de funcionamento: Verão (1 de junho a 15 de setembro) e Inverno (16 de setembro a 31 de maio);
 - b. O horário será definido pelos serviços municipais respetivos e publicitado nos diferentes locais de estilo, incluindo portaria e receção do Parque;

2. O horário para check-in decorrerá das 9h00 às 19h00 e para check-out até às 12h00.
3. O horário da Portaria será das 20h00 às 09h00, de 2ª a domingo, sendo assegurado por pessoal de segurança habilitado e certificado.
4. Em casos devidamente justificados, poderá ser alterado o horário de funcionamento, por despacho do Presidente da Câmara, devidamente publicitado;
5. Ficam salvaguardadas as situações consubstanciais por lei, das quais possa decorrer o encerramento das instalações ao público (tolerância de ponto, greve e outras situações acordadas superiormente).

Artigo 9º

Preçário

1. Os preços relativos à utilização constam dos anexos I e II.
2. Os campistas munidos da respetiva carta, reformados e pensionistas, grupos de escolas, escuteiros, assim como outras instituições ou entidades, terão um desconto de 20% sobre os valores gerais.
3. A CMA não autoriza a permanência do material instalado e desocupado.
4. Os preçários estão afixados na receção e são devidas, por regra, por noite de permanência. Os valores aplicáveis aos visitantes são devidos diariamente pela permanência do Parque.
5. Aos indivíduos que integram visitas conforme artigos 13º, nº 3 e 14º não se lhes aplica a taxa do anexo I.

Artigo 10.º

Normas de funcionamento geral

1. A entrada e/ou permanência nas instalações do PARQUETEJO implica a aceitação e o cumprimento das presentes normas.
2. É obrigatório o registo de entrada no PARQUETEJO, a realizar na receção.
3. Os utilizadores têm direito a utilizar todas as valências expositivas e equipamentos aí existentes, bem como a apresentarem aos responsáveis pelos serviços as sugestões e críticas que tiverem por atinentes;
4. Os utilizadores são responsáveis pela conservação dos recursos postos à sua disposição, nomeadamente as instalações e equipamentos, bem como pelo pleno cumprimento das disposições regulamentares;
5. Os utilizadores do PARQUETEJO têm o direito de esperar adequado atendimento;

6. Os utilizadores deverão identificar-se, sempre que tal for solicitado, pelos elementos da equipa do PARQUETEJO.
7. É vedada a entrada a pessoas que:
 - a. Não se façam acompanhar por documentos identificativos pessoais;
 - b. Indiciem estado de embriaguez;
 - c. Sejam portadores de doenças contagiosas ou que de qualquer forma possam prejudicar a ordem sanitária;
 - d. Se façam acompanhar por animais;
 - e. Sejam portadores de armas de fogo, de pressão de ar ou outras, salvo autoridades policiais, quando devidamente identificadas.
8. É expressamente proibido:
 - a. Atos e comportamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e equipamentos e que perturbem o bom funcionamento das instalações.
 - b. Atos e comportamentos que colidam com os princípios éticos socialmente aceites;
 - c. Dar outra utilização aos equipamentos que não seja a apropriada.
 - d. Transpor as estruturas de apoio e segurança instaladas nos equipamentos.

Artigo 11º

Acesso e restrições

1. Todos os visitantes, utilizadores, campistas e autocaravanistas são identificados pela receção, através de pulseira, cartão ou de outra modalidade aprovada pela CMA.
2. O ingresso no PARQUETEJO está condicionado tendo em conta o estabelecido no artigo anterior e a natureza do acesso:
 - a. Acesso individual ao PARQUETEJO sem pernoita: dístico pelo período máximo de 2 horas;
 - b. Acesso a grupos sem pernoita: pulseira pelo período em que se realizarem as atividades;
 - c. Pernoita individual e grupos: cartão utilização máxima de 5 dias.
3. Os visitantes, utilizadores e campistas com idade inferior a 15 anos só podem frequentar o PARQUETEJO quando acompanhados pelos pais ou por pessoas maiores que se responsabilizem por eles.
4. É considerando visitante todo aquele que não esteja munido de equipamento de campismo e que permaneça no parque entre as 8h00 e as 22h00.
5. As pulseiras e dístico de ingresso só podem ser utilizados no próprio dia.
6. Sem prejuízo de outras Normas de Utilização específicas, é expressamente proibido:
 - a. Fumar fora dos locais apropriados;

- b. Consumir bebidas alcoólicas ou qualquer tipo de drogas;
- c. Comer fora dos locais apropriados.

Artigo 12º

Segurança

1. O **PARQUETEJO** tem disponível equipamento de 1ºs socorros, sistema antifurto e serviço de vigilância ou videovigilância.
2. O **PARQUETEJO** dispõe de sistema de proteção contra incêndios.
3. Os veículos automóveis só podem entrar para cargas e descargas, por um período máximo de 40 minutos e circular a 20 km/hora. Quanto às autocaravanas exceciona-se o estacionamento no local apropriado.

Capítulo IV

SERVIÇOS E PRODUTOS

Artigo 13.º

Serviços e produtos

1. Os serviços de informação, marcação de visitas, acompanhamento de grupos e cedência de material de informação turística são inteiramente gratuitos.
2. Os serviços educativos, visitas e atividades a realizar, são tendencialmente gratuitos, salvo exceções em que a atividade seja realizada em parceria ou por outras entidades.
3. Serviços educativos, visitas e atividades desenvolvidas no **PARQUETEJO** realizam-se, preferencialmente, entre as 9h30 e as 17h00, de 2ª a 6ª, salvo se autorizados e confirmados de forma diferente.
4. As entradas para as exposições temáticas a realizar são tendencialmente gratuitas.
5. Ao serviço de acolhimento aplica-se os preços previstos nos anexos I e II ao presente regulamento e implica o pagamento no ato de registo da entrada.

Artigo 14º

Visitas e atividades

1. O pedido de marcação de visitas e de atividade do **PARQUETEJO** deve ser feito, por escrito, com o mínimo de 15 dias de antecedência, para grupos até 30 pessoas. Outras situações serão analisadas caso a caso.
2. O pedido considera-se marcado após preenchimento de formulário próprio e aceite após confirmação positiva por escrito.
3. O programa de visita ou atividade será preparado em função da faixa etária, duração da visita, temáticas em destaque e interesses do grupo.
4. Qualquer alteração deverá ser comunicada com a antecedência de 4 dias.
5. O acompanhamento depende da disponibilidade do serviço e das condições climatéricas que se fizerem sentir.
6. O programa de atividades poderá sofrer alterações nas seguintes situações: condições climatéricas adversas; atrasos e alterações do tempo disponível; motivação e interesse dos participantes e outras situações pontuais.
7. O atraso de 30 minutos, por parte do requerente, implica o cancelamento da visita/atividade.
8. O **PARQUETEJO** terá à disposição dos utilizadores, em regime de Campo de Férias, tendas que disponibilizará se solicitadas no ato da marcação.

Artigo 15º

Aluguer de bicicletas

O PARQUETEJO é um centro bikefriendly disponibilizando o serviço de aluguer de bicicletas, mediante o cumprimento das seguintes condições gerais:

1. O locatário é responsável por conhecer e respeitar as regras e normas do Código da Estrada;
2. Em caso de acidente, o município não se responsabiliza pelos danos próprios e alheios causados;
3. Em caso de danos causados nos equipamentos, o locatário aceita indemnizar o proprietário pela imobilização decorrente;
4. O locatário deve verificar antes da saída do Parque se a bicicleta apresenta defeito ou falta de qualidade que impede o uso para deslocação normal, ainda que sem as especificações próprias de certas práticas desportivas. Pela saída do Parque reconhece designadamente que podem ocorrer avarias fortuitas com incidência na comodidade e segurança da condução, não se responsabilizando o Município pelos danos daí decorrentes;
5. A CMA não se responsabiliza pelos vícios da bicicleta, devendo no entanto o interessado em caso de avaria solicitar a reparação ou o reboque, nem por danos ou perdas;
6. O serviço de aluguer está sujeito ao pagamento do preço definido pela CMA e a afixar.

Artigo 16.º

Exposições

1. As exposições a realizar resultam de um calendário previamente elaborado, tendo em conta as diferentes temáticas.
2. O PARQUETEJO não se responsabiliza por danos causados por terceiros, sendo da responsabilidade destes proceder ao pagamento do valor da peça.
3. Sempre que o recheio da exposição o justifique poderá ser acionado um seguro de modo a cobrir o roubo e danos do material exposto.
4. Outras ocorrências serão devidamente analisadas.

Artigo 17º

Artigos municipais e merchandising

1. Os artigos municipais e merchandising são fornecidos consoante a tabela de preços fixada pelo município, cujos preços são deliberados em reunião de câmara e sujeitos à taxa de IVA legalmente em vigor.
2. Entende-se por artigos municipais:

- a. As publicações municipais, roteiros turísticos, postais, medalhas, galhardetes e outro material promocional do município.
- 3. Entende-se por artigos de merchandising:
 - a. Os objetos de índole promocional concebidos para a promoção do **PARQUETEJO**.

Capítulo V

ESPAÇO DE ACOLHIMENTO

Artigo 18.º

Regras de utilização

1. O utilizador pode usufruir do espaço de acolhimento nas formas de campismo, caravanismo ou autocaravanismo.
2. A admissão e permanência de utilizadores no espaço de acolhimento está condicionada a inscrição prévia na receção, mediante apresentação de documento identificativo do seu titular (bilhete de identidade/cartão de cidadão; passaporte ou carta de condução). Se a entrada coincidir com o horário de encerramento da receção, o utilizador deverá entregar ao colaborador que o atender o seu documento de identificação. Após a abertura da receção deverá proceder à regularização da sua inscrição.
3. Durante o período de permanência, o documento referido no ponto anterior fica na receção até à saída do utilizador. Mediante solicitação do próprio, o documento pode ser substituído por fotocópia devidamente assinada.
4. A utilização da zona de acolhimento só poderá ser feita após o pagamento na receção dos preços devidos, salvo o exposto na alínea anterior.
5. O **PARQUETEJO** está condicionado à lotação máxima definida por lei.
6. É proibida, dentro do parque, toda e qualquer atividade comercial fora do âmbito da respetiva regulamentação própria.
7. O utilizador que utilizar o espaço de acolhimento deve reger-se pelo referido nos artigos seguintes.

Artigo 19.º

Direitos dos utilizadores

Os utilizadores têm direito a:

- a. Utilizar as instalações e serviços do **PARQUETEJO** de acordo com o presente Regulamento;
- b. Conhecer previamente os preços de utilização do parque;
- c. Exigir a passagem de documento de quitação por cada pagamento efetuado;
- d. Exigir a apresentação do Regulamento do Parque;
- e. Exigir a apresentação do livro de reclamações;
- f. Impedir a entrada no seu alojamento;

- g. Apresentar quaisquer reclamações ou sugestões, por escrito, sobre o funcionamento e administração do parque, devendo para isso indicar o seu nome completo e domicílio e o respetivo documento de identificação, sob pena de aquelas não poderem ser consideradas;
- h. Manter inviolável o respetivo alojamento, designadamente impedindo a entrada nele e a abertura das suas janelas ou portas.

Artigo 20.º

Deveres dos utilizadores

Constituem deveres dos utilizadores do parque, de entre outros não especificados:

1. Cumprir rigorosamente todas as disposições deste Regulamento e acatar a autoridade dos responsáveis pelo seu funcionamento.
2. Apresentar sempre que lhes sejam pedidos os cartões, documentos de identificação e recibos comprovativos de pagamento dos preços constantes dos anexos I e II.
3. Fazer entrega na receção de todos os objetos achados no parque.
4. Abandonar o parque no fim do período previamente estabelecido para a sua estada, desde que a lotação esteja esgotada e a CMA tenha de satisfazer reservas anteriormente confirmadas.
5. Pagar o valor dos serviços utilizados, de acordo com a tabela legalmente aprovada e em vigor.
6. Identificar-se por meio da carta de campista, quando a possuir, ou por outro documento legalmente considerado de identificação.
7. Cumprir os preceitos de higiene e de segurança adotados no espaço, designadamente no que se refere a:
 - a. Desperdícios de água sujas;
 - b. Utilização de locais de lavagem e secagem de roupas;
 - c. Prevenção de doenças contagiosas;
 - d. Uso dos locais próprios para acender fogo;
 - e. Manutenção do estado de limpeza nos locais do seu acampamento.
8. Respeitar:
 - a. O período de silêncio e repouso, das 23h00 às 7h00 horas;
 - b. A ordem e a disciplina, tanto individual como coletiva, abstendo-se de atos, atitudes e procedimentos que causem incómodos e prejuízos aos outros utilizadores;
 - c. A distância mínima de 2m em relação aos outros campistas, na montagem do seu equipamento, salvo acordo em contrário.
9. Acatar as indicações dos colaboradores, aquando do exercício das suas funções, nomeadamente em questões omissas no regulamento presente;

10. Cumprir as normas de funcionamento e as sinalizações existentes, bem como a legislação em vigor, nomeadamente no que respeita a regras de higiene e medidas de segurança;
11. Respeitar o espaço, os equipamentos e as plantas existentes, mantendo-o em bom estado de conservação, limpeza e higiene;
12. As caravanas, as caravanas com anexo, atrelados-tenda ou tendas tipo *combi* e outras instalações deverão ter seguro contra incêndio, desde que possuam circuitos elétricos.
13. O consumo de gás deverá obedecer às seguintes normas:
 - a. Deverão usar-se cuidados inerentes ao manuseio das bilhas e gás, especialmente quando em funcionamento;
 - b. As bilhas de gás, quando armazenadas, devem manter-se devidamente fechadas e não expostas ao calor intenso;
 - c. No caso de colocação de «extras» adaptados às bilhas de gás, deverá verificar-se se os mesmos ficam bem apertados e se as juntas estão defeituosas ou com fugas.

Artigo 21.º

Proibições

1. Sem prejuízo de outras proibições ou regras previstas no presente Regulamento, não é permitido aos utilizadores do parque:
 - a) Introduzir clandestinamente quaisquer pessoas, bens ou animais no parque;
 - b) Fazer propaganda de qualquer forma;
 - c) Deitar água no terreno, em particular com detritos de qualquer espécie;
 - d) Deixar torneiras abertas, ou lavar roupa ou loiça com água a correr;
 - e) Deixar sujo o local onde estive instalado;
 - f) Colocar arames, cordas ou espias a uma altura inferior a 2 metros do solo, ou espias a mais de 50 cm da base da tenda, avançado, toldo, cozinha ou desdobrável.
 - g) Lavar ou estender roupa fora dos locais próprios para o efeito.
 - h) Utilizar os equipamentos para quaisquer outros fins que não os apropriados.
2. Aos utilizadores que desrespeitarem o presente regulamento, poderão ser aplicadas as penas de advertência e suspensão temporária ou definitiva da estada, conforme a gravidade das faltas cometidas e independentemente de qualquer ação judicial.

Capítulo VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 22.º

Lacunas e omissões

1. Ficam salvaguardadas eventuais alterações ao exposto por força da entrada em vigor de despachos, regulamentos ou leis governamentais.
2. As lacunas e omissões das presentes normas serão resolvidas, nos termos gerais do direito, pelo órgão executivo.



Artigo 23.º

Entrada em vigor

O presente regulamento, depois de aprovado, entra em vigor após a sua publicação, nos termos legais.

Aprovado, por unanimidade, na reunião de Câmara de 03.06.14

ANEXO I

PARQUETEJO						
PREÇÁRIO – ESPAÇO DE ACOLHIMENTO						
						
Maiores de 12 anos		Tenda até 4 m ²	Tenda com mais de 4 m ² ou atrelado-tenda	Caravanas	Autocaravan a ou carro-cama	Motorizados de 2 ou mais rodas ou barco
Acam pado	Visita					
Entre 1 de abril e 30 de setembro:						
1,75€	1,25€	1,75€	2,75€	3,25€	3,75€	2,25€
Entre 1 de outubro e 31 de março:						
1,50€	1,00€	1,50€	2,50€	3,00€	3,50€	2,00€

ANEXO II

PARQUETEJO		
PREÇÁRIO – ALUGUER DE BICICLETAS		
30 minutos	60 minutos	Por cada 30 minutos subsequentes, limitado a um máximo de 4 horas:
0,50€	1,00€	0,50€

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6.a) - Compromisso plurianual - AHBVA – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes

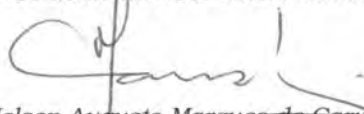
Considerando o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, **autoriza a *assunção do compromisso plurianual com a AHBVA - Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes, no âmbito da estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios e enquadrado no Plano Operacional Municipal de 2014.***

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE.

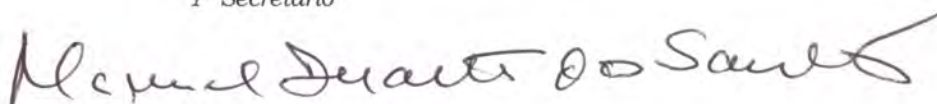
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6.b) - Compromisso plurianual - Aquisição de serviços na área dos seguros

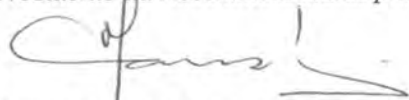
Considerando o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, **autoriza a assunção do compromisso plurianual relativo a procedimento pré-contratual para aquisição de serviços na área dos seguros, pelo período de um ano, prorrogável por iguais períodos até ao limite de três anos.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE.

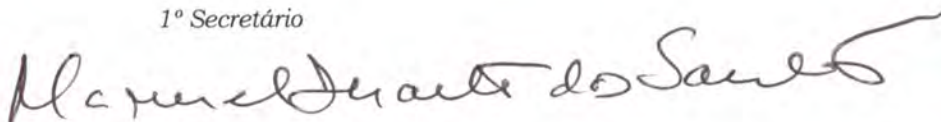
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6.c) - Compromisso plurianual - Projeto “Bairro ConVida”

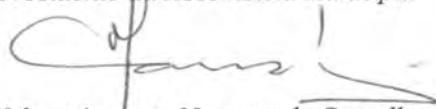
Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, **autoriza a *assunção de compromisso plurianual para o Projeto “Bairro ConVida”, relativamente aos anos de 2015 e 2016.***

Votação:

APROVADA POR MAIORIA, com 1 voto con-
tra (BE) .

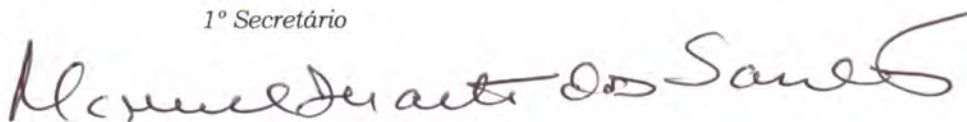
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. - Autorização de aquisição de unidades de participação de Tagusvalley

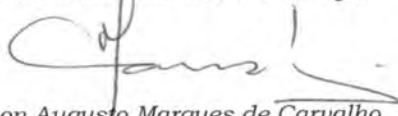
Considerando o disposto na alínea n) do n° 1 artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, e nos artigos 53° e 56° n° 3 da Lei n° 50/2012, de 31 de agosto, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a aquisição de unidades de participação de Tagusvalley, no montante de 350.000,00€, nos moldes em que se encontram previstos nos estatutos da associação, ficando em concreto, condicionada ao entendimento que o Tribunal de Contas expresse no âmbito da fiscalização prévia de processo com o qual este procedimento se relaciona.**

Votação:

APROVADA POR MAIORIA, com 1 voto
contra (BE) e 7 abstenções (PSD).

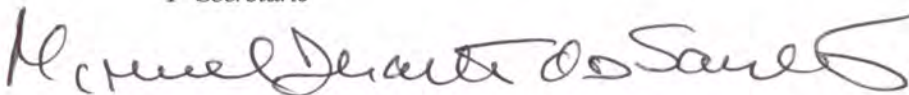
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

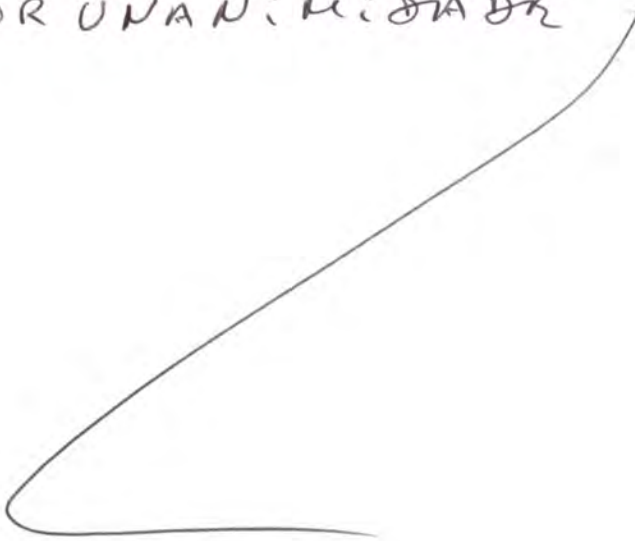
PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8. - Renovação de prazo para conclusão de procedimento concursal, de um especialista de informática – Câmara Municipal de Abrantes

Considerando o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar a renovação de prazo para conclusão de procedimento concursal, de um especialista de informática para a Câmara Municipal de Abrantes.**

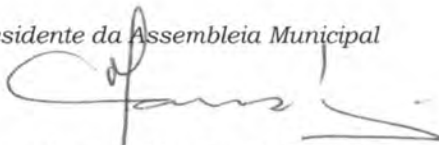
Votação:

A PROVA DA POR UNANIMIDADE



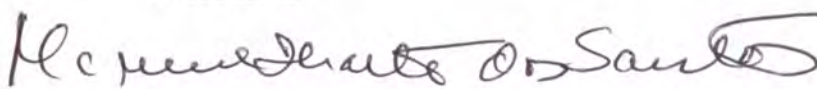
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

9. - Abertura de procedimento concursal de recrutamento de dois assistentes operacionais – Serviços Municipalizados de Abrantes

Considerando o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar a abertura de procedimento concursal de recrutamento de dois assistentes operacionais para os Serviços Municipalizados de Abrantes.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE

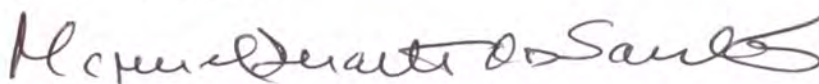
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos